

RELATÓRIO ANUAL DE QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA

CASAN - COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO

SAA DE BOM JARDIM - AGÊNCIA DE BOM JARDIM DA SERRA

CNPJ: 82.508.433/0043-76

Responsável legal: Diretor Presidente – Roberta Maas dos Anjos

Estas informações complementares sobre a qualidade da água distribuída e demais serviços disponíveis a comunidade por esta agência também podem ser encontradas no endereço eletrônico www.casan.com.br e nos endereços abaixo mencionados.

- **Agência de Bom Jardim:** Av. Manuel Esteves, 59, Centro, CEP: 88640-000, Bom Jardim - SC, Telefone: (49) 3232 0264.
- **Laboratório de Controle de Qualidade:** Rodovia Antonio Just, s/n – Bairro Universitário, CEP 88806-005, Criciúma – SC
Telefone/Fax: (48) 3437-8165

Caro cliente, a água disponibilizada na sua cidade tem como Órgão Fiscalizador a Secretária Municipal da Saúde/ Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, localizado no endereço:
Rua Venâncio Borges de Carvalho, s/nº – Centro, Bom Jardim da Serra – SC, Telefone (49) 3232 0031.

A captação de água é realizada no manancial Rio Baú, o qual pertence a Bacia Hidrográfica do Rio Pelotas. De acordo com a Portaria do IMA – Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina - nº 024/79 e Resolução CONAMA Nº 357/05, o rio é enquadrado como classe 2 (águas destinadas ao abastecimento para consumo humano após tratamento convencional). O rio tem suas margens preservadas por matas nativas, o que não isenta o risco de contaminação de suas águas, visto que as atividades agropecuárias e agrícolas, predominam na bacia, principalmente a cultura de maçã.

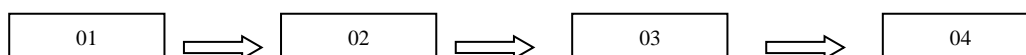
Monitoramentos dos parâmetros realizados periodicamente neste manancial, comprovam que a qualidade da água se enquadra na classe apropriada para ser tratada e destinada ao consumo humano.

O órgão responsável pelo monitoramento da qualidade da água deste manancial é o IMA – Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina - Lages - Rua: Otacílio Vieira da Costa, 412, CEP: 88.501-050 – Lages/SC

Fone: (49) 3289 6339 - E-mail: lages@ima.sc.gov.br

TRATAMENTO APLICADO NA ÁGUA DISTRIBUÍDA

O processo de tratamento aplicado para potabilização da água distribuída no perímetro urbano do Município de Bom Jardim da Serra, consiste de uma Estação de Tratamento de Água tipo filtração lenta, que contém etapas de clarificação e de tratamento final, sendo que o sistema de abastecimento de água possui as seguintes etapas:



1. Captação e recalque da água do manancial:

Processo no qual ocorre a tomada de água no manancial e a condução, por bombeamento e adutora até a ETA.

2. Clarificação (filtração):

Processo onde ocorre a eliminação de particulados, matéria orgânica, composição biológica e outras impurezas da água, através da passagem lenta por leito de areia devidamente projetado.

3. Tratamento final (desinfecção e fluoretação):

A partir desta etapa a água está apta para consumo. As finalidades principais deste processo são: desinfecção química através da adição de hipoclorito de cálcio para controle bacteriológico e adição de flúor para prevenção contra a cárie dentária.

3. Distribuição e Reservação:

Após tratamento a água é armazenada em dois reservatórios com capacidade total 150m³ e distribuída através de redes à população urbana do município.



Superintendência: Regional do Sul		Tipo da Amostra: Sistema de Distribuição				
Agência: Agência de Bom Jardim da Serra		Período de: 01/01/2019 à 31/12/2019				
Meses	Parâmetros	Cloro Residual	Cor Aparente	Turbidez	Coliformes Totais	E.Coli / Colif. Tempo
Jan-19	Nº de análises realizadas	11	11	11	11	11
	Nº de análises fora do padrão	1	2	0	1	0
	Nº de análises em conformidade	10	9	11	10	11
Feb-19	Nº de análises realizadas	11	11	11	11	11
	Nº de análises fora do padrão	0	1	0	0	0
	Nº de análises em conformidade	11	10	11	11	11
Mar-19	Nº de análises realizadas	11	11	11	11	11
	Nº de análises fora do padrão	0	5	0	0	0
	Nº de análises em conformidade	11	6	11	11	11
Apr-19	Nº de análises realizadas	11	11	11	11	11
	Nº de análises fora do padrão	0	1	0	0	0
	Nº de análises em conformidade	11	10	11	11	11
May-19	Nº de análises realizadas	11	11	11	11	11
	Nº de análises fora do padrão	0	0	0	0	0
	Nº de análises em conformidade	11	11	11	11	11
Jun-19	Nº de análises realizadas	11	11	11	11	11
	Nº de análises fora do padrão	0	0	0	0	0
	Nº de análises em conformidade	11	11	11	11	11
Jul-19	Nº de análises realizadas	11	11	11	11	11
	Nº de análises fora do padrão	0	1	0	0	0
	Nº de análises em conformidade	11	10	11	11	11
Aug-19	Nº de análises realizadas	11	11	11	11	11
	Nº de análises fora do padrão	0	0	0	0	0
	Nº de análises em conformidade	11	11	11	11	11
Sep-19	Nº de análises realizadas	11	11	11	11	11
	Nº de análises fora do padrão	0	3	0	0	0
	Nº de análises em conformidade	11	8	11	11	11
Oct-19	Nº de análises realizadas	11	11	11	11	11
	Nº de análises fora do padrão	0	6	1	0	0
	Nº de análises em conformidade	11	5	10	11	11
Nov-19	Nº de análises realizadas	11	11	11	11	11
	Nº de análises fora do padrão	0	5	1	0	0
	Nº de análises em conformidade	11	6	10	11	11
Dec-19	Nº de análises realizadas	11	11	11	11	11
	Nº de análises fora do padrão	0	0	0	0	0
	Nº de análises em conformidade	11	11	11	11	11
VMP – Valores Máximo Permissíveis pela Portaria 2914/11		0,2 <= 5,0 mg/L	<= 15,0 uH	<= 5.0 NTU	Ausência	Ausência em 100 ml em 100% das amostras

O controle da água distribuída é realizado através de análises executadas em laboratórios próprios da CASAN e/ou terceirizados seguindo conforme o preconizado pela Portaria de Consolidação nº 5 de 28/09/2017 do Ministério da Saúde, sendo que no período todos os resultados foram satisfatórios.

OBS: Os síndicos ou Administradores de Condomínios deverão divulgar o presente Relatório Anual aos condôminos (Artigo 7º do Decreto 5440/2005).

Significados dos Parâmetros:

Cloro: Agente químico utilizado para eliminar microorganismos.

Cor aparente: Indica presença de substâncias dissolvidas que deterioram a qualidade estética da água.

Turbidez: Indica presença de partículas em suspensão na água.

Coliformes Totais: Microorganismos cuja presença na água não necessariamente representa problemas para a saúde.

E. Coli: Microorganismo indicador de poluição fecal.

Procedimento padrão:

Consiste nos ajustes técnicos nos processos de dosagens dos agentes químicos e na remoção da água em desconformidade da rede de distribuição.

Lei 8078/1990 – Código de Defesa do Consumidor

Art. 6º – São direitos básicos do consumidor:

Inciso III: a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.

Art. 31 – A oferta e apresentação de produtos e serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

“Cabe a CASAN operar, manter e exercer o controle de qualidade da água dos sistemas de abastecimento sob sua responsabilidade, obedecendo aos arts. 13º e 14º da Portaria de Consolidação nº 5 de 28/09/2017 do Ministério da Saúde.”